



A reforma da ONU e as organizações de trabalhadores

A reforma da ONU e as organizações de trabalhadores

“Nós, os Povos das Nações Unidas, determinados... a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos de homens e mulheres e das nações grandes e pequenas, a criar condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações emanadas de tratados e outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, a promover o progresso social e a elevar o nível da vida com base em um conceito mais amplo da liberdade e, com essas finalidades... a empregar um mecanismo internacional para promover o progresso econômico e social de todos os povos, decidimos unir nossos esforços para realizar estes propósitos.”

“Dê-nos uma oportunidade justa de ter um trabalho decente”, é o que pedem mulheres e homens.

Toda a pessoa responsável pela formulação de políticas que procure combater a pobreza deveria responder a uma pergunta-chave:

Como a sua orientação em matéria de políticas melhorará a quantidade e a qualidade dos empregos?

Este é um dos passos que podemos dar juntos para erradicar a pobreza de uma vez por todas.

– Diretor Geral da OIT, 17 de outubro de 2004

O porquê deste folheto

O Escritório de Atividades para os Trabalhadores (ACTRAV) da Organização Internacional do Trabalho (OIT) produziu este folheto para apoiar sindicalistas e ajudá-los a compreender melhor os projetos de reforma das Nações Unidas (ONU), que também implicam a reforma de organizações de trabalhadores em todo o mundo.

As etapas da reforma da ONU

No relatório apresentado na Cimeira Mundial das Nações Unidas de 2005, o então Secretário-Geral Kofi Annan levantou uma série de propostas gerais intituladas *Um conceito mais amplo da liberdade*. As propostas diziam respeito à necessidade de mudanças importantes no sistema da ONU para transformá-la em uma organização mais sintonizada com o século XXI e com a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Devemos reformar a Organização de maneiras nunca antes imaginadas e devemos fazer isso com uma audácia e rapidez jamais vistas antes. – Secretário-Geral da ONU, *Um conceito mais amplo da liberdade*, 2005

Em resposta às propostas do Secretário-Geral, os líderes mundiais solicitaram, na Cimeira de 2005, relatórios sobre o que deveria ser feito para tornar a família da ONU mais eficaz e eficiente. O primeiro desses relatórios foi entregue em março de 2006 com o título *Investir nas Nações Unidas: em prol de uma Organização mais forte em todo o mundo*. Esse relatório propõe um esquema para uma reforma na gestão da Secretaria da ONU nos próximos três a cinco anos.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio devem ser logrados no período de 2000 a 2015 e devem ser alcançados em nível mundial, regional e nacional.

Objetivo 1: Erradicar a pobreza extrema e a fome

Objetivo 2: Atingir o ensino básico universal

Objetivo 3. Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres

Objetivo 4. Reduzir a mortalidade infantil

Objetivo 5. Melhorar a saúde materna

Objetivo 6. Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças

Objetivo 7. Garantir a sustentabilidade ambiental

Objetivo 8. Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento

No segundo semestre de 2006, foram elaborados três relatórios adicionais que ampliam a visão apresentada. Esses três relatórios contêm recomendações abrangentes para a gestão e as estruturas que poderiam redefinir a forma de trabalhar da ONU. Os relatórios são

os seguintes: uma Análise ampla da governança e supervisão do sistema, o relatório do Painel com uma proposta de reformulação do sistema interno de justiça da ONU e a resenha do Grupo de Alto Nível sobre coerência em todo sistema das Nações Unidas.

A Análise ampla da governança e supervisão do sistema foi elaborada por eminentes especialistas em administração pública, que fizeram uma avaliação independente da governança e supervisão dos fundos, programas e agências especializadas das Nações Unidas. A análise do sistema interno de justiça da ONU recomendou a implementação de um sistema completamente novo para a administração interna da justiça que fosse “profissional, independente e descentralizado”.

As recomendações do *Grupo de alto nível sobre coerência em todo o sistema da ONU* foram apresentadas em novembro de 2006. O grupo foi conjuntamente presidido pelos Primeiros Ministros de Moçambique, Noruega e Paquistão. O relatório procura ajudar os países em desenvolvimento a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio por meio da racionalização da família das diversas agências da ONU e recomenda uma modernização radical das Nações Unidas para ela poder “atuar de uma maneira unificada”. Esse conceito deve ser aplicado, acima de tudo, no contexto dos países nos quais a ONU poderia ter um impacto muito maior se fosse menos fragmentada, o relatório afirmava.

Atualmente, para que o desenvolvimento seja eficaz, um trabalho mais coerente e coordenado por parte da ONU nos países é necessário. A ONU deve desenvolver um maior alinhamento com prioridades nacionais e os sistemas dos países, bem como uma maior harmonia entre os atores envolvidos na promoção do desenvolvimento com base em análises comuns, na simplificação, na transparência e na prestação de contas pelos resultados da gestão da assistência ao desenvolvimento.

O [Documento Final da Cimeira Mundial 2005](#), aprovado pela Assembléia Geral, estabelece metas para o desempenho dos UNCT (Equipes de País da ONU).

É imprescindível levar a cabo essa reformulação com base nos resultados das [Revisões Triangulares Amplas da Política das Atividades Operacionais da ONU](#) de 2004 e 2007, na [Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento](#) de 2005 e no [Programa de Ação de Accra de 2008](#), na filiação dos países, na liderança dos governos e na participação em processos analíticos e na funcionalidade dos UNDAF (Marcos de Assistência das Nações Unidas para o Desenvolvimento). O [Plano de Ação para a implementação da Declaração de Paris do GDNU](#) (Grupo de Desenvolvimento das Nações Unidas) e o documento de políticas sobre a [Resposta da ONU diante do contexto de mudanças em matéria de ajuda ao desenvolvimento \(2008\)](#) constituem um esquema dos compromissos específicos assumidos no sentido de se promover a eficácia da ONU. Um dos principais mandatos do sistema da ONU no nível dos países continua sendo o do seu apoio à capacidade dos países de gerir recursos para o desenvolvimento, que incluem a ajuda ao desenvolvimento e a geração de resultados de desenvolvimento (Diretrizes do UNDAF, 2009, www.undg.org).

A reforma da ONU e a OIT

Na reunião do Conselho de Administração da OIT¹ realizada em março de 2007, a participação da OIT no processo de reforma da ONU foi apoiada, ainda que com algumas advertências. Na conclusão das deliberações, o Diretor Geral da organização enfatizou que a OIT será beneficiada com o processo de reforma devido à maior visibilidade que ele propiciará ao Programa de Trabalho Decente dentro do sistema da ONU e à inclusão do trabalho decente nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Programa de Trabalho Decente

O trabalho decente representa a garantia de oportunidades para que mulheres e homens possam ter um trabalho produtivo em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana.

O Programa de Trabalho Decente da OIT exige a implementação de uma estratégia para o desenvolvimento que reconheça o papel central do trabalho na vida das pessoas.

Inquietações do Grupo dos Trabalhadores

O Grupo dos Trabalhadores do Conselho de Administração da OIT registrou diversas inquietações importantes em torno das propostas da iniciativa Uma ONU. Elas têm origem no risco de que a representação dos membros integrantes da OIT e a experiência da organização no campo do desenvolvimento social e econômico se diluam.

O alinhamento com o trabalho decente

Embora o conceito do *trabalho decente* seja amplamente reconhecido, ainda é necessário garantir compromissos de um alinhamento mais

¹ O Conselho de Administração é o órgão executivo da Organização Internacional do Trabalho – a Secretaria da OIT. Ele se reúne três vezes por ano e é composto por 56 membros titulares (28 representantes de governos, 14 de empregadoras e 14 de trabalhadores) e por 66 membros suplentes.

coerente de políticas nacionais e das políticas adotadas por instituições internacionais com o programa de trabalho decente. Em particular, fora do ambiente da OIT, a importância do tripartidarismo na governança da globalização ainda não é compreendida com a profundidade necessária.

O crescimento não é suficiente.

A globalização está muito longe de lograr uma distribuição equitativa dos benefícios do crescimento econômico. Até mesmo a diretoria do Banco Mundial afirmou há pouco tempo que, embora o crescimento econômico seja um fator essencial para a redução da pobreza, ele nem sempre gera melhores condições no mercado de trabalho em muitos países em desenvolvimento.

Empregos de qualidade

A criação de empregos tem sido lenta. Os trabalhadores frequentemente se veem presos em empregos mal remunerados e de baixa produtividade. Consequentemente, a comunidade internacional reconhece cada vez mais a importância da criação de empregos de qualidade para garantir que os benefícios do crescimento sejam ampla e equitativamente compartilhados. A experiência da OIT e a participação de agentes sociais são, mais do que nunca, necessárias.

Implicações para o desenvolvimento

A mensagem-chave do Grupo de Trabalhadores da OIT é que a organização deve reafirmar sua pertinência para o desenvolvimento social e econômico no contexto mundial. Esse conceito aplica-se, especialmente, às seguintes características da OIT:

1. seu papel singular na elaboração de normas,

2. seu sistema de controle das normas internacionais do trabalho e

3. sua estrutura tripartite singular

Os direitos dos trabalhadores

Os governos que assumiram o compromisso de distribuir equitativamente os benefícios da globalização por meio de mais e melhores empregos devem comprometer-se a coordenar suas políticas sociais e macroeconômicas com sistemas de negociação coletiva baseados na liberdade de associação. É importante que os trabalhadores gozem direitos reais de se organizar, filiar-se a sindicatos e negociar coletivamente tanto nos países em desenvolvimento como nos industrializados.

Diálogo social

Onde existem sindicatos e eles têm a permissão de negociar, os salários são melhores, o trabalho é mais seguro, o treinamento é mais abrangente, as economias são mais eficientes, as sociedades são mais justas e a corrupção é menor. Atualmente, o conceito da negociação e do acordo é subestimado. No entanto, o diálogo produz melhores resultados que o unilateralismo baseado na imposição e na obediência. Os membros tripartites da OIT não devem assumir uma postura defensiva em relação ao processo ou aos resultados do diálogo.

Tripartidarismo

Na reunião do Conselho de Administração da OIT, o grupo dos trabalhadores deixou claro que a natureza tripartite da organização, seu trabalho normativo em relação às Normas internacionais do trabalho² e seus mecanismos de supervisão³ não deverão ser afetados

² Normas Internacionais do Trabalho: Convênios e Recomendações da OIT que constituem o órgão da jurisprudência trabalhista internacional.

pela reforma da ONU. A participação das organizações de trabalhadores e de empregadoras na gestão e atividades da OIT representa um valor agregado para a família da ONU. No entanto, há o temor de que *Uma ONU* possa minar a estrutura tripartite da OIT, devido ao fato de a OIT ser a única agência da ONU que conta com uma estrutura dessa natureza. Dentro da ONU de um modo geral, os sindicatos (e as organizações de empregadores) frequentemente constituem meros grupos de pressão.

Pilar social

No novo sistema da ONU, a OIT deve continuar a trabalhar no sentido de promover a justiça social e atuar como o pilar social do sistema. A OIT deve reafirmar sua condição de instituição que desenvolve análises claras e informativas do mundo do trabalho em todos os seus aspectos. A OIT deve promover sua capacidade de abordar o déficit de trabalho decente por meio de normas, coerência política, desenho de políticas e cooperação técnica. Análises e pesquisas transversais sobre igualdade de gênero e desenvolvimento sustentável também são elementos importantes do trabalho da OIT.

Interlocutores sociais independentes

A liberdade de associação e a negociação coletiva possibilitam o estabelecimento de interlocutores sociais sólidos e autônomos. A colaboração com eles pode gerar melhorias sociais e econômicas, como recomendado na Declaração da Filadélfia⁴.

³ Mecanismos de controle: o sistema da OIT para informar e analisar a aplicação das normas internacionais do trabalho.

⁴ Veja a próxima página.

A Declaração da Filadélfia

A Declaração foi redigida em 1944 e é um elemento integrante da Constituição da OIT. Ela incorpora quatro princípios:

1. O trabalho não é uma mercadoria,
2. A liberdade de expressão e de associação é essencial para o progresso permanente,
3. A pobreza, em qualquer lugar, representa uma ameaça à prosperidade de todos,
4. Todos os seres humanos... têm o direito de assegurar o seu bem-estar material e seu desenvolvimento espiritual em condições de liberdade e dignidade, de segurança econômica e em igualdade de oportunidades.

Normas trabalhistas fundamentais

Os sindicatos acataram com satisfação e apoiam a recomendação da Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização⁵ na sua afirmação de que *“Todas as instituições internacionais competentes devem assumir a parte que lhes cabe na promoção de normas trabalhistas fundamentais e assegurar-se de que nenhum aspecto de suas políticas e programas impeça a aplicação desses direitos”*.

Instituições envolvidas

O processo da reforma da ONU envolve todos os organismos e agências especializadas da ONU, mas não inclui instituições financeiras internacionais (IFI) – o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), embora eventos recentes sugiram que pode ser muito necessário reformar essas instituições.

⁵Comissão da OIT, presidida pelos presidentes da Finlândia e da Tanzânia, que apresentou seu relatório em 2004.

No entanto, o *Grupo de Alto Nível sobre coerência em todo o sistema da ONU* recomenda que sejam realizadas reuniões anuais entre o FMI, o BM, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a OIT para deliberar sobre as consequências práticas da reforma da ONU. No ambiente internacional, o Conselho de Coordenação dos Chefes Executivos do Sistema das Nações Unidas tem a responsabilidade de coordenar a reforma da gestão administrativa do sistema da ONU.

Quatro “Uns”

Os fatores-chave da reforma no nível de cada país incluem uma cooperação muito mais estreita entre os órgãos da ONU e a criação do que ficou conhecido como os “quatro uns”: um líder, um programa, um marco orçamentário e um escritório.

O Grupo de Alto Nível sobre coerência em todo o sistema da ONU sugere que o processo de reforma seja inicialmente levado a cabo em oito países piloto. Recomenda, também, que, se os resultados nos países piloto forem satisfatórios, as reformas sejam estendidas a 20 países adicionais em 2009, 40 países em 2010 e aos demais países em 2012.

Os quatro “uns” no nível dos países:

- Um líder**
- Um programa**
- Um marco orçamentário**
- Um escritório**

Ao mesmo tempo, o Grupo advertiu que, embora “se deva implementar a reforma com urgência”, ela não deve ser “mal planejada e seu ritmo não deve ser acelerado a ponto de colocar em risco a possibilidade de mudanças permanentes e eficazes”.

| Países piloto para a reforma da ONU | |
|--|--|
| Ásia | Vietnã Paquistão |
| África | Moçambique Ruanda Tanzânia Cabo Verde |
| Europa | Albânia |
| América Latina e Caribe | Uruguai |

Os Coordenadores Residentes da ONU tomarão as medidas necessárias para garantir que as reformas da ONU sejam realizadas nesses países.

Um programa

A Organização Internacional do Trabalho acredita que a participação da OIT na criação de um programa coordenado da ONU em cada país gerará benefícios concretos. Ao mesmo tempo, ela vê com bons olhos a adoção da Gestão por Resultados (GPR) para superar os fracços

resultados obtidos pela ajuda da ONU em seus programas e atividades.

No entanto, há também desafios a serem superados. O principal desafio é garantir que Uma ONU inclua as atividades e programas baseados no mandato e objetivos da OIT. Eles incluem as normas fundamentais do trabalho (NFT), os mecanismos de supervisão da OIT e um enfoque no desenvolvimento baseado em direitos, bem como a inclusão de agentes sociais – as organizações de trabalhadores e de empregadores. Garantir que o Programa de Trabalho Decente da OIT faça parte da estrutura de assistência ao desenvolvimento das Nações Unidas (UNDAF⁶, em sua sigla em inglês) constitui um desafio adicional.

Na prática, a experiência revela que, entre todos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, a OIT tem sido mais capaz de intervir na redução da pobreza (objetivo 1). Agora, ela deve abordar todos os ODM. É estimulante que se tenha decidido, há pouco tempo, não se usar mais o termo “*Uma ONU*” e substituí-lo por “*Unidos na Ação*”, o que significa que cada agência fará sua contribuição específica ao processo. Para a OIT, a ferramenta é o Programa de Trabalho Decente por País.

Um líder

O conceito de *Um líder* significa que uma pessoa, o coordenador residente das Nações Unidas, será o responsável junto à ONU e suas agências especializadas em cada país. Os coordenadores residentes serão os contatos diretos com os governos nacionais. Suas responsabilidades incluem a de trabalhar com governos nacionais na elaboração de programas Uma ONU de país que serão de propriedade de cada governo e assinados por cada um deles.

⁶ UNDAF: o marco estratégico comum para as atividades operacionais do sistema das Nações Unidas no contexto dos países.

Os demais representantes das agências da ONU serão membros das equipes de país da ONU (UNCT, em sua sigla em inglês). Cada um deles se manterá em contato direto com o ministério correspondente, segundo a agência. Por exemplo, o contato principal da OIT continuará sendo o Ministério do Trabalho.

O desafio nesse contexto é garantir que o tripartidarismo seja mantido. Isso significa, acima de tudo, definir (1) como sindicatos e organizações de empregadores podem influenciar o programa e as atividades desenvolvidos no marco do programa Unidos na Ação da ONU e (2) de que maneira o mandato da OIT de incluir agentes sociais e o Ministério do Trabalho pode ser cumprido.

Um orçamento

O conceito de *Um Orçamento* ou de “*Um Fundo*” inclui toda a ONU e suas agências especializadas e doadores e constitui um fundo comum com todos os recursos mantidos em uma única cesta em nível nacional. Assim, os recursos disponíveis serão alocados com base nas atividades desenvolvidas no âmbito do programa Uma ONU com o governo.

No que se refere a recursos, a OIT é uma das menores organizações do sistema da ONU. Pode ser uma oportunidade para a OIT utilizar alguns recursos de outros órgãos da ONU para programas baseados no seu mandato e objetivos.

Por outro lado, há também o risco de a OIT ser marginalizada no processo devido aos seus limitados recursos, ao tamanho reduzido da sua equipe e à falta de escritório em alguns países.

Um escritório

O conceito de *Um Escritório* implica que a ONU deve se tornar mais transparente e eficiente em seus custos, evitando repetições desnecessárias de escritórios, sistemas administrativos e custos relacionados.

Para a OIT, ele oferece uma oportunidade de fortalecimento de seus programas e atividades em países nos quais ela não tem escritórios e que, neste momento, são atendidos por escritórios regionais ou sub-regionais da OIT. No entanto, todas essas possibilidades devem ser consideradas no contexto dos esforços da OIT para avaliar e fortalecer sua estrutura de campo. Trata-se de um tema importante sobre o qual o Conselho de Administração da OIT deverá deliberar e tomar decisões a respeito, com a participação ativa do Grupo dos Trabalhadores.

Participação dos sindicatos

Os sindicatos são estimulados a participar do processo de reforma da ONU por meio de seus canais de comunicação com governos e políticos. Trata-se de um tema de interesse tanto para países em desenvolvimento como desenvolvidos.

Comissões de implementação

Em alguns países, foram estabelecidas comissões de implementação da reforma da ONU para supervisionar sua execução. Até o momento, os relatórios indicam que as comissões são compostas por órgãos governamentais, representantes das agências da ONU e doadores.

A participação de sindicatos nas comissões de implementação em contextos nacionais é muito reduzida. Os escritórios regionais, sub-

regionais e nacionais da OIT só devem começar a negociar com outras agências da ONU após terem consultado seus membros integrantes e considerado as prioridades e enfoques do Programa de Trabalho Decente por País.

Missões conjuntas

Da mesma maneira, estão sendo desenvolvidas experiências em âmbito internacional de elaboração de diferentes modelos baseados nos conceitos de “*Um orçamento*”, “*Um programa*” e “*Um líder*”. Diversas missões conjuntas de agências da ONU estão visitando os países piloto para promover o processo de reforma da ONU nesse sentido.

Tripartidarismo

Os relatórios indicam que os sindicatos não têm participação plena nos países piloto. É importante que os representantes das agências da ONU nos países, bem como o pessoal da OIT, envolvam e apreciem o conceito do tripartidarismo. É importante perceber que os valores da OIT enriquecem a comunidade da ONU de um modo geral e que a OIT deve participar plenamente do processo de reforma da ONU “Unidos na Ação”.

Planejamento conjunta OIT-PNUD

Em janeiro de 2007, a OIT e o PNUD acordaram que implementariam planos de ação conjuntos em diversos países adicionais. Foi elaborada uma minuta de plano de ação conjunto para o período de 2007-2008. Mais uma vez, tudo parece indicar que, até o momento, sindicatos não têm participado da elaboração desses planos.

Oportunidades

As mudanças contempladas na reforma da ONU terão um impacto direto no trabalho dos sindicatos. Portanto, eles devem participar

ativamente do processo se desejam transformar os desafios atuais em novas oportunidades. O quadro abaixo mostra um esquema das áreas nas quais as estratégias dos sindicatos podem ser desenvolvidas.

Estratégias dos sindicatos para as reformas de Uma ONU

- **Deliberar sobre temas e consequências no sindicato**
- **Designar um coordenador para colher e fornecer informações sobre as reformas**
- **Definir as prioridades do sindicato em relação à mudança e financiamentos**
- **Procurar desenvolver acordos com a OIT e interlocutores sociais sobre contribuições para os processos da comissão de implementação**
- **Procurar desenvolver acordos sobre contribuições ao programa da ONU no país**
- **Elaborar propostas de financiamento a partir de quaisquer dos recursos disponíveis no orçamento de Uma ONU no país**
- **Apresentar inquietações existentes ao governo nacional**
- **Apresentar inquietações no contexto regional**
- **Tomar medidas para garantir que os sindicatos participem da comissão nacional estabelecida para implementar a reforma de Uma ONU**

Outros aspectos importantes relacionados à reforma da ONU em 2009

HLCP

O Diretor Geral da OIT preside o Comitê de Alto Nível sobre Programas (HLCP), que é o pilar para políticas e programação do Conselho de Coordenação dos Chefes Executivos do Sistema das Nações Unidas (que inclui todos os chefes de agências do sistema da ONU). Desde que Juan Somavia assumiu a presidência do HLCP, o comitê tem concentrado seus esforços na crise financeira, particularmente na sua dimensão social. Após solicitar contribuições por escrito de todas as agências, a Secretaria da OIT elaborou um documento da Presidência do HLCP. O comunicado do Conselho de Coordenação dos Chefes Executivos do Sistema das Nações Unidas (5 de abril de 2009) e o documento da presidência do HLCP apresentado a ele recomendaram uma abordagem grupal para o acompanhamento da crise. A OIT dará os primeiros passos em direção a um “Pacto Mundial para o Emprego” e à Proteção Social.

Segunda década para a erradicação da pobreza

A Assembléia Geral adotou a resolução [A/RES/63/230](#), “Segunda década das Nações Unidas para a erradicação da pobreza” em dezembro de 2008. De acordo com essa resolução, o “Emprego pleno e o trabalho decente” serão o tema principal da segunda década para a erradicação da pobreza. A participação de organizações de trabalhadores, bem como de outros interlocutores sociais, será a chave para o êxito dessa década.

Diretrizes do UNDAF

A reunião de avaliação do UNDAF em Nova Iorque, realizada em 24 e 25 de novembro, constituiu um momento decisivo para

a OIT. O conjunto de ferramentas para a integração do emprego e do trabalho decente do Conselho de Coordenação dos Chefes Executivos do Sistema das Nações Unidas foi incluído nas novas *Diretrizes* do UNDAF, que foram adotadas pela plenária do GDNU em janeiro de 2009 e constituirão a base para o desenvolvimento escalonado de 90 novos UNDAF nos próximos três anos. Atualmente, a OIT participa ativamente do desenvolvimento de uma proposta inter-agências por meio da qual o GDNU procurará obter o apoio de doadores para preparar uma nova geração de UNDAF.

Países Piloto da Iniciativa Unidos na Ação (*Delivering as One* - DAO, em sua sigla em inglês)

A OIT mantém seu apoio aos oito países piloto da iniciativa Unidos na Ação. Como mencionado no documento GB do Conselho de Administração, estamos preocupados em garantir que o Programa de Trabalho Decente seja adequadamente integrado aos novos programas de “Uma ONU” e que nossos membros integrantes tenham a oportunidade de contribuir e não sejam deixados de lado. A OIT participou de um pequeno grupo de agências que elaborou uma proposta de US\$ 400 milhões para continuar promovendo o enfoque da iniciativa Unidos na Ação e ela foi convidada a participar do Grupo Diretor do Marco de Financiamento Expandido para a Iniciativa Unidos na Ação.

Síntese do relatório de inventário de 2008 da iniciativa DAO

A OIT contribuiu para o “Relatório de Inventário Síntese da Iniciativa Unidos na Ação para 2008” (*Delivering as One: 2008 Stocktaking Synthesis Report*). O relatório enfatiza as contribuições significativas que ministérios, sindicatos e associações de empregadores podem oferecer à iniciativa Unidos na Ação nos países, assim como a necessidade de se trabalhar mais nesse sentido. Ele também menciona que o

Conjunto de Ferramentas para o Trabalho Decente do Conselho de Coordenação dos Chefes Executivos do Sistema das Nações Unidas foi exitosamente aplicado na Tanzânia e que ele poderia ser escalonadamente aplicado em outros países piloto para ajudá-los a fazer frente ao impacto da crise econômica mundial mais adequadamente.

“Trabalhar com as Nações Unidas”: programa de desenvolvimento de capacidades

O pessoal da OIT e os especialistas do ACTRAV e do ACTEMP de todos os escritórios externos da OIT na África estão recebendo treinamento no Programa de Trabalho Decente por País, na gestão por resultados e na integração do trabalho decente a uma nova geração de UNDAF e outros marcos nacionais de desenvolvimento (2009). Os programas de treinamento serão executados escalonadamente em todas as regiões no intuito de fortalecer a capacidade dos membros integrantes e do pessoal de trabalhar melhor com as Nações Unidas e lograr, juntos, os ODM e o trabalho decente para todos.

Cooperação sul-sul

A OIT participa de um Grupo de Trabalho com o PNUD para a cooperação sul-sul com vistas a melhorar as diretrizes do UNDAF nos próximos anos. Trabalhadores representantes da Índia e do Brasil trocaram experiências no combate ao trabalho infantil. Em um novo e mutante contexto multilateral e de ajuda, o papel da cooperação sul-sul está se tornando cada vez mais importante.

APÊNDICE I – Perguntas e Respostas; a reforma da ONU do ponto de vista do trabalhador

P. O que significa a reforma da ONU?

R. As reformas das Nações Unidas (ONU) consistem em mudanças propostas para a forma de atuação da ONU e de suas agências. Seu objetivo é fortalecer o papel e a transcendência das Nações Unidas no cenário internacional, promovendo a coerência de suas políticas e sua eficácia e eficiência mediante a eliminação de duplicações desnecessárias de esforços entre as agências. O processo de reforma da ONU começou na década de 1990, quando foi chamado de “fortalecimento das Nações Unidas”. A reforma tomou um novo impulso após a realização da Cimeira Mundial da ONU de 2005, na qual os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e a necessidade de se racionalizar o trabalho das Nações Unidas e de suas agências especializadas foram reafirmados.

P. O que é Uma ONU?

R. O programa Uma ONU representa um avanço significativo, principalmente no que diz respeito à forma de atuação das agências da ONU no contexto nacional de todos os países. As atividades da ONU serão levadas a cabo:

- sob uma liderança unificada
- de acordo com um programa comum
- com um único marco orçamentário
- e em um só escritório (na maior medida possível)

P. O que é o UNDAF e por que ele é importante para a OIT e seus agentes sociais?

R. O Marco de Assistência das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDAF, em sua sigla em inglês) – o elemento

central da iniciativa de reforma da ONU lançada em 1997 – é um marco estratégico para as atividades operacionais do sistema da ONU no nível dos países. Ele representa um exemplo da resposta colaborativa e coerente do sistema da ONU, impulsionada pelos países, aos desafios que enfrentam no campo do desenvolvimento. O UNDAF esquematiza objetivos de desenvolvimento e estratégias de cooperação essenciais entre o governo, as agências da ONU e seus parceiros. O plano de ação do UNDAF estabelece as bases para o acordo e os planos de trabalho de todas as partes. A Equipe de País das Nações Unidas (UNCT, em sua sigla em inglês), dirigida pelo Coordenador Residente (CR), proporciona a estrutura de gestão responsável pela implementação do UNDAF.

A participação da OIT no processo do UNDAF permite que a organização fortaleça ainda mais sua capacidade de cumprir seu mandato de promover o trabalho decente. Por meio de seus contatos nos escritórios da OIT, o UNCT e o CR, e também por meio de consultas com a sociedade civil, os interlocutores sociais da OIT têm oportunidades de garantir que seus interesses sejam levados em consideração.

P. Por que os sindicatos devem participar?

R. Os sindicatos devem procurar participar na reforma da ONU porque ela permitirá que a Organização Internacional do Trabalho se integre melhor às demais agências das Nações Unidas, principalmente no nível dos países. Só a OIT conta com uma estrutura tripartite comprometida com a participação dos sindicatos. Poucas das demais agências da ONU compreendem o conceito do tripartidarismo adequadamente. Portanto, quanto maior o número de sindicatos que participarem das reformas e do processo de elaboração de programas, maiores oportunidades terão de influenciar o que ONU faz em cada país.

P. Que benefícios *Uma ONU* oferece?

R. O programa *Uma ONU* oferece a possibilidade de se lograr uma melhor coordenação entre as agências da ONU, doadores e governos nacionais, permitindo a consecução de melhores resultados nos programas da ONU e a promoção do desenvolvimento econômico e social de cada país.

P. Que desafios os sindicatos enfrentam?

R. O tipo de crescimento econômico sustentável e equitativo que pode reduzir a pobreza só pode ser logrado por meio do trabalho decente. *Uma ONU* apresenta um desafio aos sindicatos no sentido de que ajudem a garantir que todos os elementos do trabalho decente (mais empregos de qualidade que respeitem direitos fundamentais no trabalho, a proteção e o diálogo social) tenham a devida prioridade no programa da ONU e não sejam vistos apenas como ideias adicionais. Os sindicatos também devem enfrentar o desafio acarretado pelo risco de que o diálogo social e o tripartidarismo se diluam no processo de reforma da ONU.

Foram registrados problemas nas consultas com sindicatos sobre a reforma da ONU no contexto dos países. Em alguns casos, sindicatos participaram de um grande grupo de ONG com o qual a Reforma da ONU dirigida pelo PNUD fez deliberações.

P. Que oportunidades e riscos o conceito de *um orçamento* acarreta?

R. O conceito de *Um Orçamento* ou de “*Um Fundo*” inclui a ONU como um todo, suas agências especializadas e doadores, que estabelecerão um fundo comum com todos os recursos colocados em uma única cesta no nível de cada país. Os recursos serão liberados para financiar atividades desenvolvidas no âmbito do programa *Uma ONU*, entre a ONU e o governo. O conceito conta atualmente com o apoio do “Marco Expandido” dos Fundos para lograr os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (F-ODM) que disponibiliza atualmente US\$ 400 milhões

adicionais às Equipes de País das Nações Unidas (UNCT) alinhadas com o processo de reforma da ONU.

P. O diálogo social corre algum perigo?

R. Onde há sindicatos que gozam do direito à liberdade de associação e têm permissão para negociar, os salários são melhores, o trabalho é mais seguro, o treinamento profissional é mais abrangente, as economias são mais eficientes, as sociedades são mais justas e a corrupção é menor. Atualmente, os conceitos da consulta, negociação e transigência são subestimados. O diálogo social gera melhores resultados. Os sindicatos, bem como os demais membros integrantes da OIT, não precisam assumir uma atitude defensiva em relação ao processo ou aos resultados do diálogo social. É necessário destacar ainda mais as mensagens positivas do diálogo social e do desenvolvimento no novo sistema da ONU. Os sindicatos podem ser importantes defensores desses conceitos.

P. Quando as reformas serão iniciadas?

R. Elas já começaram. O conceito de Uma ONU está sendo testado no Vietnã, Paquistão, Moçambique, Ruanda, Tanzânia, Cabo Verde, Albânia e Uruguai. Se forem bem-sucedidas, as reformas serão estendidas a 20 outros países em 2009; a 40 países em 2010 e a 30 outros em 2012.

Em alguns países, comissões conjuntas de implementação foram estabelecidas. Foram realizadas missões conjuntas para promover o processo. O processo de planejamento conjunto entre a OIT e o PNUD, a agência líder da ONU, já foi iniciado.

P. O que são os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU?

R. Os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas (ODM) são objetivos a serem alcançados em nível nacional,

regional e mundial entre 2000 e 2015. Cada um dos objetivos se desdobra em diversas metas e indicadores. Os ODM são os seguintes:

1. Erradicar a pobreza extrema e o fome
2. Atingir o ensino básico universal
3. Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres
4. Reduzir a mortalidade infantil
5. Melhorar a saúde materna
6. Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças
7. Garantir a sustentabilidade ambiental
8. Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento

P. O que é o Programa de Trabalho Decente?

R. O Programa de Trabalho Decente constitui um enfoque integral para se lograr o emprego pleno e produtivo em todos os contextos mundiais, regionais, nacionais, setoriais (a indústria) e locais. Trabalho decente representa emprego em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana.

Ele enfoca o fato de o crescimento econômico não ser suficiente para se lograr uma redução significativa da pobreza. O crescimento deve ser acompanhado de trabalho decente para aumentar os níveis de renda e promover o desenvolvimento em bases sustentáveis. Sem ele, o crescimento só pode ocasionar uma inequidade ainda maior.

P. Como o trabalho decente está enquadrado nos ODM?

R. A resposta simples é que, na verdade, ele não se enquadra bem nos ODM. Isso ocorre porque suas metas e indicadores não estão alinhados a esses objetivos. No entanto, a Assembléia Geral da ONU declarou, há pouco, que o trabalho decente integra a política central dos objetivos de desenvolvimento e que ele é um elemento dos esforços envidados para se alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Atualmente, o Programa de Trabalho Decente se expressa nos Programas de Trabalho Decente por País. Os Programas de Trabalho Decente por País (PTDP) devem ser elaborados com a plena participação de interlocutores sociais. A OIT está trabalhando com o PNUD atualmente para promover uma melhor integração entre o Programa de Trabalho Decente e os ODM.

Embora o objetivo ODM 1, relativo à redução da pobreza, seja o que mais obviamente se afina com o trabalho da OIT, o Programa de Trabalho Decente também está estreitamente vinculado ao objetivo 2 (por meio do trabalho infantil), ao objetivo 3, por meio de programas em prol da equidade de gênero, aos objetivos 4 e 5, mediante a proteção da maternidade, aos objetivos 6 e 7, por meio da saúde e segurança ocupacionais, e ao objetivo 8, mediante o desenvolvimento de empregos.

P. Que resposta os sindicatos podem oferecer?

R. Em primeiro lugar, cada sindicato pode responder às reformas da ONU designando uma pessoa para coordenar e fornecer informações sobre o sindicato por meio das redes sindicais. Em segundo lugar, os sindicatos devem identificar suas prioridades. Em terceiro lugar, os sindicatos devem certificar-se de que essas prioridades sejam refletidas no marco integral do programa Uma ONU, bem como nos Programas de Trabalho Decente por País da OIT. Ao mesmo tempo, os sindicatos devem esforçar-se para garantir que participem das comissões nacionais que venham a ser estabelecidas para a implementação do programa Uma ONU. Outras sugestões:

- Deliberar sobre os temas nas reuniões sindicais
- Procurar desenvolver acordos com a OIT e interlocutores sociais em torno de contribuições para os processos da comissão de implementação
- Elaborar propostas de financiamentos a partir do Programa de Trabalho Decente por País e do orçamento de Uma ONU no país
- Colocar suas inquietações para o governo nacional, principalmente para os ministérios do trabalho e da indústria.

- Responder à solicitação do Conselho de Administração (de março de 2009), apresentando um relatório sobre o seu trabalho para a iniciativa “Unidos na Ação”.

P. Que recursos os sindicatos podem usar?

R. Há especialistas de apoio do ACTRAV da OIT em muitos países; eles podem ser localizados por meio dos escritórios da OIT. Os recursos disponíveis às confederações sindicais também podem ser extremamente úteis.

Conjunto de Ferramentas do Conselho de Coordenação dos Chefes Executivos do Sistema das Nações Unidas para a Integração do emprego e do trabalho decente

Todo o sistema da ONU foi instado a apoiar os países em seus esforços para garantir empregos e trabalho decente para todos. O Comitê de Alto Nível sobre Programas (HLCP) do Conselho de Coordenação dos Chefes Executivos do Sistema das Nações Unidas solicitou à Organização Internacional do Trabalho (OIT) que desempenhe um papel catalisador no processo, elaborando um Conjunto de Ferramentas para a Integração do Emprego e do Trabalho Decente.

Essas ferramentas devem ser vistas como um processo concebido para que todas as partes, ou seja, agentes sociais, agências governamentais e da ONU e Equipes de País da ONU, percebam como suas políticas, estratégias, programas e atividades se vinculam a resultados na área do emprego e do trabalho decente e como podem melhorar esses resultados. Essas ferramentas incluem:

- uma *lista de controle de diagnóstico e conscientização*, com perguntas de autoavaliação,
- uma *plataforma interativa na Internet para a gestão do conhecimento e para o compartilhamento* das ferramentas para a integração do trabalho decente (<http://cebtoolkit.ilo.org>) e
- um *componente de desenvolvimento de capacidades e de*

conscientização.

O conjunto de ferramentas foi concebido para proporcionar às agências e interlocutores sociais uma oportunidade de avaliar seus processos e programas pela ótica do “trabalho decente”.

APÊNDICE II – ESPECIALISTAS REGIONAIS / PESSOAL DE APOIO DO ACTRAV

| REGIONAL SPECIALISTS IN WORKERS' EDUCATION SPECIALISTES REGIONAUX EN EDUCATION OUVRIERE ESPECIALISTAS REGIONAIS NA EDUCAÇÃO DE TRABALHADORES | | | | |
|---|---|--|----------------------------------|--|
| <i>Office/Bureau /Escritório</i> | <i>Specialist/Spécialiste/Esp ecialista</i> | <i>Tel.</i> | <i>Fax</i> | <i>E-mail</i> |
| AFRIQUE (Fr.) RO-Addis Ababa | | | | |
| AFRIQUE (Angl.) RO-Addis Ababa | Sr. Frederick PARRY | +251.115.44.4037 | +251.115.44.5573 | parry@ilo.org |
| AMÉRICA LATINA OR-Lima | Sra. Carmen BENÍTEZ | +51.1.615.03.14 | +511.615 04.00 | benitez@oit.org.pe |
| ÁSIA RO-Bangkok | Srta. Christine NATHAN | +66.2.288.17.64 | +66.2.288.10.76 | nathan@ilo.org |
| SENIOR SPECIALISTS IN WORKERS' ACTIVITIES SPECIALISTES PRINCIPAUX EN MATIERE D'ACTIVITES POUR LES TRAVAILLEURS ESPECIALISTAS SÊNIOR EM ATIVIDADES PARA TRABALHADORES | | | | |
| AFRICA/AFRIQUE/ÁFRICA | | | | |
| ILO-ABIDJAN (a/c BSR Dakar) | Srta. Faustina VAN APEREN | +221 33 889 29 89 | +221.821.09.56 +221.823.68.74 | vanaperen@ilo.org |
| SRO-CAIRO | Sr. Mohamed TRABELSI | +202 239 99 351 +201 003 377 66 (cel.) | +202 273 60 889 | trabelsi@ilo.org |
| BSR-DAKAR | Sr. Zakari IBRAHIMA | +221.889 29 89 | +221.821 09 56 +221 823 68 74 | ibrahima@ilo.org |

| | | | | |
|--|---|--|----------------------------------|--|
| SRO-HARARE (a/c ILO Pretoria) | <i>Srta. Inviolata CHINYANGARARA (desde 15.07.09)</i> | + | + | |
| BSR-YAOUNDE | Sr. Hervé SEA | +237.220.50.44 +237.221.51.81 +237.221.74.47 | +237.220.29.06 +237.220.74.46 | sea@ilo.org |
| LATIN AMERICA & CARIBBEAN / AMERIQUE LATINE & CARAIBES / AMÉRICA LATINA E CARIBE | | | | |
| OSRA-LIMA | Sr. Oscar VALVERDE | +51.1.615 03 00 | +51.1.615 0 401 | valverde@oit.org.pe |
| SRO-PORT-OF-SPAIN | Srta. Paula ROBINSON | +1.868.627.63.04 | +1.868.627.89.78 | robinson@ilocarib.org.tt |
| SRO-SAN JOSÉ | Sr. Juan Manuel SEPÚLVEDA | +506.253.76.67 +506.253.76.22 | +506.224.26.78 | sepulveda@sj.oit.org.cr |
| SRO-SANTIAGO | Sr. Eduardo RODRÍGUEZ CALDERÓN | +56.2.580.55.55 | +56.2.580.55.80 | rodriguez@oitchile.cl |
| ASIA & PACIFIC / ASIE & PACIFIQUE / ÁSIA E PACÍFICO | | | | |
| SRO-BANGKOK | Sr. Pong-Sul AHN | +66.2.288.22.47 | +66.2.288.30.62 | ahn@ilo.org |
| SRO-MANILA (a/c SRO Bangkok) | <i>Sr. Shigeru WADA (desde 1.07.09)</i> | + | + | |
| SRO-NEW DELHI | <i>Sr. Ariel CASTRO (desde 17.08.09)</i> | + | + | |
| EUROPE/EUROPA | | | | |
| SRO-BUDAPEST | Srta. Svetla SHEKERDJIEVA | +36.1.301.49.16 - direto +36.1.301.49.00 | +36.1.353.36.83 | shekerdjieva@ilo-ceet.hu |
| SRO-MOSCOU | Sr. Sten PETERSEN | +7.495.933.08.24 | +7.495.933.08.20 | petersen@ilo.org |
| ARAB COUNTRIES / PAYS ARABES / PAÍSES ÁRABES | | | | |
| RO-BEIRUT | Sr. Walid HAMDAN | +96.11.75.24.00 | +96.11.75.24.05 | hamdan@ilo.org |
| ACTRAV WORKERS' EDUCATION PROGRAMME/PROGRAMA DO ACTRAV PARA A EDUCAÇÃO DE TRABALHADORES – ILO ITC TURIN/OIT CIF TURÍN | | | | |
| ITC-TURIN | Sr. Giacomo BARBIERI Sr. Insa DÍA (Ben Said) | +39 011 6936 401 +39 335 632 4269 (cel.) +39 011 6936 566 | +39.011.6936.589 | g.barbieri@itcilo.org g.actrav_turin@itcilo.org i.dia@itcilo.org |

| | | | | |
|--|--------------------------|------------------|--|--|
| | Sr. Arun KUMAR | +39 011 6936 678 | | a.kumar@itcilo.org |
| | Srta. Evelyn TOTH | +39 011 6936 452 | | e.toth@itcilo.org |
| | Sr. Jesús GARCÍA JIMÉNEZ | +39 011 6936 782 | | j.jimenez@itcilo.org |

Contatos

Os sindicatos podem também entrar em contato com especialistas nos escritórios regionais da OIT por meio do seguinte endereço na Internet: www.oit.org/public/english/dialogue/actrav/staff/ycontac2.htm ou com a OIT-ACTRAV nos escritórios centrais de Genebra (actrav@ilo.org).

Para obter mais informações sobre a Reforma da ONU, favor entrar em contato com a equipe da OIT para a reforma da ONU sediada na PARDEV/EXREL (Seção de Relações Exteriores do Departamento de Associações e Cooperação para o Desenvolvimento), que está disponível no endereço unreform@un.org.

A página da OIT na Internet (www.ilo.org) também oferece muitas informações sobre a reforma em inglês, francês e espanhol. As principais páginas da ONU na Internet podem ser encontradas nos endereços www.un.org e www.undp.org.

OIT ACTRAV 2008
Revisado em 2009

